



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0028710-96.2013.815.2001

RELATOR : Juiz convocado ONALDO ROCHA DE QUEIROGA
APELANTE : Banco Itau S/A
ADVOGADO : Wilson Sales Belchior, OAB/PB nº 17.314A
APELADO : Everaldo Toscano de Brito
ADVOGADO : Victor Hugo de Sousa Nóbrega, OAB/PB Nº 14892
ORIGEM : Juízo da 6ª Vara Cível da Capital
JUIZ (A) : Ana Amelia Andrade Alecrim Câmara

**PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. PRAZO DE 10
(DEZ) ANOS PREVISTO NO ART. 205 DO CÓDIGO
CIVIL. REJEIÇÃO.**

– No caso concreto, considerando que o prazo prescricional decenal não foi extrapolado, deve ser rejeitada a prejudicial de prescrição.

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA COM
INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PEDIDO
DE RESTITUIÇÃO DOS JUROS INCIDENTES
SOBRE TARIFAS. DEVOLUÇÃO NA FORMA
SIMPLES. PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE
PROCEDENTE. IRRESIGNAÇÃO. ACESSÓRIO
QUE SEGUE O PRINCIPAL. MANUTENÇÃO DA
SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

– Declarada por Sentença a ilegalidade de tarifas bancárias em Ação anterior, com determinação de restituição dos valores pagos, é devida, também, a repetição de indébito em relação aos encargos contratuais que incidiram sobre as aludidas tarifas durante o período contratual.

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados:

ACORDA a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, em rejeitar a preliminar e, **DESPROVER DO RECURSO**, nos termos do voto do Relator e da certidão de julgamento de fls. 96.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Banco Itaú S/A contra a Sentença prolatada pela Juíza da 6ª Vara Cível da Capital, que julgou parcialmente procedente a Ação Declaratória com Indenização por Danos Materiais, proposta por Everaldo Toscano de Brito.

Em suas razões recursais, o Apelante alega preliminarmente o implemento da prescrição trienal com base no art. 206, §3º, V. No mérito, aduz a impossibilidade de restituição dos juros incidentes sobre as tarifas consideradas abusivas em Demanda anterior ajuizada perante o Juizado Especial Cível e ausência de abusividade.

Contrarrazões não ofertadas.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça opinou pela rejeição da preliminar de prescrição e, no mérito pelo desprovimento do Recurso (fls.86/91).

É o relatório.

VOTO

Prescrição

No caso concreto, diversamente do sustentado pelo Apelante, não houve a implementação da prescrição, porquanto, o prazo prescricional

para demandas de revisão de contrato é o de 10 (dez) anos previsto no art. 205 do Código Civil¹ e não aquele previsto no art. 206, §3º, V.

Sendo assim, considerando que o contrato objeto da demanda foi pactuado em setembro de 2005 e a presente ação foi proposta em agosto de 2013, não há que se falar em prescrição no caso em análise.

Sobre o tema, precedente do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. PLANO ECONÔMICO. COLLOR I (MARÇO/1990). ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO. ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 E ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. TERMO INICIAL. LESÃO.

1. A prescrição para a restituição/repetição de valores pagos indevidamente em virtude de contrato bancário segue os prazos previstos no art. 177 do Código Civil de 1916 e no art. 205 do Código Civil de 2002, respeitada a norma de transição do artigo 2.028 deste último diploma legal, e tem como termo de início de contagem o momento da lesão de direito.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.” (AgRg no AREsp 613.323/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 23/03/2015)

Deste modo, **rejeito** a preliminar.

Mérito

No que se refere ao mérito, irressigna-se a Instituição Financeira contra a sentença que julgou parcialmente procedente a demanda, condenando o Promovido a restituição dos juros incidentes nas tarifas consideradas abusivas perante o Juízo Especial Cível.

¹ **Art. 205.** A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Adianto que a Sentença deve ser mantida.

Na espécie, considerando que a Decisão proferida pelo 4ª Juizado Especial Cível – fls.15/17 –, reconheceu a abusividade da Tac e Tec e condenou a Instituição Financeira a devolução em dobro das quantias, é devida, também, a repetição de indébito, só que na forma simples, em relação aos juros remuneratórios sobre elas incidentes, como consectário lógico, conforme a regra de que a obrigação acessória segue o destino da obrigação principal.

Feitas essas considerações, rejeito a preliminar de prescrição e, **DESPROVEJO O APELO**, mantendo a sentença recorrida.

É o voto.

Presidiu a sessão a Excelentíssima Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti. Participaram do julgamento, além do Relator, o Excelentíssimo Dr. Onaldo Rocha de Queiroga, (Juiz Convocado para substituir o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos), a Excelentíssima Desembargadora **Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti** e o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto**.

Presente à sessão o representante do Ministério Público, Dr. Amadeus Lopes Ferreira, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Cível “Desembargador Mário Moacyr Porto” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 17 de julho de 2018.

Juiz Convocado ONALDO ROCHA DE QUEIROGA
Relator



Apelação Cível nº 0028710-96.2013.815.2001